



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 35ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 31 de maio de 2016, com início às quatorze horas e trinta e oito minutos sob a presidência do vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta à sessão e solicito ao senhor secretário que efetue a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Projeto de lei nº 51/2016. Requerimentos nº 183 ao nº 191/2016. Indicações nº 532 ao nº 554/2016. Ofício SEAJUR/ATL nº 135, em resposta ao requerimento nº 131/2016 do vereador Pedro Martendal. Ofício nº 751/2016 da Secretaria de Segurança Pública, em resposta ao requerimento nº 4/2016 do vereador Marcos Rios. Inscritos para o pronunciamento do grande expediente, os vereadores: Luiz Frare, João Paulo de Lima, Professor Paulino, Fernando Winter e Paulo Porto. – Presidente: Finda está à matéria de expediente. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:** – Presidente: Deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. (Não houve). **ORDEM DO DIA:** - Presidente: Temos as atas da 32ª e 33ª sessões ordinárias realizadas nos dias 23 e 24 de maio de 2016. Em discussão as atas. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; atas aprovadas pela totalidade dos senhores vereadores. Temos um veto parcial ao Projeto de lei nº 07/2016. Em discussão o veto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Esse veto parcial veio do Executivo, justificando aqui onde o Projeto de lei fala sobre o Dia Municipal de Combate ao Mosquito aedes aegypti. Nós sabemos, conforme falou o vereador João Paulo, que o dia de combate é todo dia e nós entendemos assim, também. A justificativa vem muito bem elaborada aqui pelo Executivo, em função de que no mês de novembro começam então todos os preparativos, todas as manifestações de ações ao combate ao mosquito. Todas essas ações são preconizadas, através do Ministério da Saúde; então pra isso, o segundo sábado de fevereiro não seria uma data apropriada pra isso. E sim, segundo o Ministério da Saúde, a data mais apropriada é o mês de novembro pra que isso aconteça. Por meio de Decreto então, o município de Cascavel já providenciou, já fez essa ação em função de que tem que ser feita então a comemoração e o lançamento, enfim, o combate do mosquito aedes aegypti no mês de novembro. Pra isso eu acho que, veio muito bem justificado aqui. Nós entendemos a boa iniciativa do vereador, porém ela necessita então de uma regulamentação por meio de Decreto do Poder Executivo. Pra isso então, peço um voto favorável ao veto parcial desse Projeto de lei. Seria isso. Obrigado. – Presidente: Continua em discussão o veto parcial ao Projeto de lei nº 07/2016. Em votação, os vereadores favoráveis ao veto parcial do Projeto de lei nº



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

07/2016 permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; veto parcial ao Projeto de lei nº 07/2016 de autoria do vereador Rui Capelão Cardoso, aprovado pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos então, pra segunda discussão do Projeto de lei nº 44/2016 que, altera as Leis municipais 6.275, a Lei do Plano Plurianual para o período 2014 a 2017, da mesma forma a LDO de 2016 e Lei Orçamentária Anual de 2016, no orçamento da Secretaria de Saúde no valor de R\$ 596.000,00, de autoria do Executivo Municipal. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: Ontem, o prefeito municipal na prestação de contas foi enfático, em relação a essas empresas que realmente não cumprem com os seus contratos. Aqui está uma saída pra o município de Cascavel, então fazer com que essas duas USF's no município de Cascavel sejam contempladas, no: Pioneiros Catarinenses e também, no Jardim Presidente; então com um direcionamento para Cohavel, com certeza essas duas USF's serão completadas em breve e, contemplando então a população daquelas comunidades. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Importante o município assumir essa responsabilidade de concretizar esta obra, porque poderá suprir parte da demanda. Já é sobrecarregada a unidade da vila Tolentino que é no Bairro Neva e por consequência, tirando essa sobrecarga da Vila Tolentino; parte da comunidade que é atendida pela Vila Tolentino passa aí pro Pioneiros e também, desafoga o Parque São Paulo que também está sobrecarregado pela amplitude do atendimento. O bairro Pioneiros tendo a sua autonomia, com a unidade da família vai ajudar muito o atendimento à saúde nessa região; então por isso que vou votar favorável hoje, novamente a esse Projeto. Porque entendo embora, há necessidade de apurarmos a responsabilidade da empresa, não podemos isentar a empresa das suas responsabilidades. Acredito que o Poder Executivo, departamento jurídico tem que penalizar a empresa por não cumprir o contrato; mas precisamos dar uma resposta pra sociedade e apoiar essa iniciativa. – Vereador Cláudio Gaitero: Obrigado pela contribuição. Conforme vossa excelência falou, realmente é uma notícia ótima pra aquela região, fazer com que entrem em funcionamento imediatamente essas duas... (-Um aparte) Pois não. – Vereador Jaime Vasatta: Acho que uma atitude do Executivo correta, apesar de a gente ter acompanhado a empresa que estava realmente construindo essas unidades básicas de saúde, tanto no bairro Pioneiros como no bairro Presidente e, é lamentável a gente chegar no ponto em que a Prefeitura tem que arcar com mais esta despesa. Infelizmente, essas empresas daqui a pouco trocam o CNPJ e continuam participando de licitações. E é lamentável, porque estamos vendo que as UPA's estão sobrecarregadas e os profissionais de saúde estão sobrecarregados; porque estão lotadas as UPA's. E se essas construções que eram pra ter sido inauguradas e, fizemos diversas visitas e, já era pra ser inaugurada inclusive, não restaria esse grande volume de pessoas procurando atendimento de saúde nas UPA's. Infelizmente está acontecendo isso, então eu acredito que a superlotação que está existindo hoje nas UPA's, é devido à falta dessas UBS's estarem funcionando hoje. Com certeza as UPA's eram pra estarem funcionando hoje e, com as UPA's estariam



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

numa situação mais tranquila; então essa atitude do Executivo em continuar suas obras e voltar a funcionar é louvável. O meu voto é favorável. Obrigado! (-Um aparte) – Vereador Cláudio Gaitero: Pois não! – Vereador Pedro Martendal: Eu novamente votarei favorável a este Projeto. Eu acho importante nós terminarmos o quanto antes essas duas obras, mas queria deixar registrado aqui, Cláudio, que o departamento técnico da Prefeitura fosse um pouco mais rigoroso e criterioso no andamento das obras; porque veja só: essa empresa ficou meses e meses ou talvez anos, capengando. Nós temos além desta questão do Jardim Presidente e do Pioneiros Catarinenses, nós temos a UPA do Sanga Funda que, já era pra estar em fase final, mas só ficou na terraplanagem. E temos também na área de educação, nós tivemos acompanhando o colégio lá do Morumbi, o José Henrique Teixeira e, deu um prejuízo enorme. Os alunos estão lá estudando num local insalubre, com risco e, também o colégio do Alto Alegre que, eles tinham terceirizado. A impressão que nós tivemos é que, só começou a andar a coisa quando nós denunciemos a questão do Morumbi que, através da Comissão de Educação nós denunciemos. E fomos até que o prefeito chamou a empresa e rompeu os contratos. E também, quando nos denunciemos a terceirização do colégio do Alto Alegre; então com todo respeito à Secretaria de Planejamento, mas eu acho que precisa dar uma melhorada no acompanhamento das obras, para que no primeiro sinal de fraqueza ou de descumprimento pela empresa, sejam tomadas medidas pra e que aí, não fique tanto tempo parado até pela depredação das obras; como a gente verifica. Obrigado! – Vereador Cláudio Gaitero: Nós sabemos que todo gestor público obedece à legislação. O município de Cascavel não foge disso, existe uma legislação. A Lei 8.666, infelizmente tem que ser mudada, não é só Cascavel que sofre com isso. O Brasil inteiro sofre com isso, em função de que realmente essa lei dá muita brecha pra que esses picaretas comecem as obras e não terminem. O município de Cascavel acompanhou atentamente e tão logo pode se desfazer desse entrave que existia nessa empresa, providenciou a própria empresa do município pra fazer o término dessas obras. Sabemos que o município de Cascavel tem dinheiro hoje em caixa, está facilitando essa parte em função de que as condições financeiras do município também não são tão ruins; mesmo não tendo a quantidade de verba suficiente vinda do Ministério da Saúde e também, da Educação. Então, pra isso eu peço um voto favorável. Agradecer pelos vereadores que votaram ontem e vamos fazer andar essas obras, aqui no município de Cascavel. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Realmente esse Projeto é muito importante e como nós falamos, ontem: a Frente Parlamentar antes de qualquer pessoa, já estava inclusive fiscalizando e nós temos documentos, inclusive que comprovam isso. Não só documentos, mas como a imprensa deu todo amparo legal para nós fazermos todas essas visitas... inclusive, encaminhamos para as autoridades competentes sobre o episódio que aconteceu. Gostaríamos que já estivessem inauguradas essas duas unidades, até porque sabemos da grande demanda, que está acontecendo naquela região. As comunidades do bairro Presidente e do bairro Veneza utilizam a UPA, como se fossem uma UBS e,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

algumas pessoas porque também não têm conhecimento. Isso nós pedimos, inclusive para que o município de Cascavel pudesse fazer uma propaganda de televisão, de rádios, jornais especificando o que é uma UPA e o que é também, uma Unidade Básica de Saúde. É isso que nós estamos lutando, para que finalize. Logicamente que, houve falha do setor de fiscalização, mas quando nós cobramos a própria fiscalização notificou e há documentos que comprovam isso. Então, dessa forma eu acho que é importante e louvável que se faça essa junção e, que a Cohavel agora tome conta e o mais rápido possível. Inclusive as licitações são mais rápidas, já que a Cohavel não faz mais casas como antigamente e, está só pra fazer reformas em escolas e Cmei's e tudo mais. Às vezes ainda fica a desejar, então que a Cohavel assuma esse compromisso, essa obra, inclusive o preço será bem menor, porque o município que está bancando. Dessa maneira votamos favoráveis ao Projeto, mas eu espero que o município no mínimo, com essa abertura desse processo, que o município já fez isso, nós temos inclusive, documentos que comprovam que município abriu um processo administrativo contra as empresas e se for preciso, tem que punir. Enfim, é lamentável essa situação que aconteceu: a UPA Sanga Funda era pra ser inaugurada este mês de maio e, somente está a terra lá na UPA Sanga Funda; então realmente lamentável essa situação, porque era o momento do povo e da população da região norte ter a UPA Sanga Funda. Infelizmente, pegaram uma empresa que não funciona e aí, vão falar que a culpa é do município. Não! As empresas, simplesmente com toda a sua documentação, se inscrevem e depois não têm condições de atuar numa obra tão perfeita, que seria pra o município de Cascavel. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Jaime Vasatta: Vale lembrar também, que a nossa parte como membro da Comissão da Frente Parlamentar, nós fizemos. Levantamos, documentamos, está tudo registrado e lembrar também que, todos os equipamentos dessas UBS's já estão comprados pelo município, está à disposição; então acredito que brevemente isso possa ser concluído e possa funcionar. Obrigado! - Vereador João Paulo de Lima: E o mais lamentável ainda, é nós fazermos oitivas aqui, convocarmos a construtora, funcionários, que até hoje não receberam e que estão passando fome, emprestando dinheiro; inclusive funcionários próximos lá de casa, pessoas que não têm condições de tocar pra frente a sua família. Infelizmente é lamentável a situação que aconteceu, isso tem que ser registrado aqui nos anais desta Casa. E outro detalhe: um proprietário de empresa que vem aqui nesta Câmara e assina um termo de responsabilidade e compromisso que finalizaria as obras, por ter feito esses contratos com a Prefeitura de Cascavel e realmente lamentável, a assinatura dele não vale nada. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: Estou chegando à conclusão que, se o município de Cascavel tivesse uma equipe de pedreiros, uma equipe de pessoas pra construir, nós não estaríamos nesse reboiço. Um exemplo aí, a Petrobrás que se tivesse um corpo da própria Petrobrás, não teria tanto roubo. Aqui em Cascavel, nós podemos dar um exemplo: não tem uma obra que não tem problema, porque todas tem problema e não é só do prefeito Edgar Bueno; do outro prefeito, também. Então, Luiz Frare, se nós tivéssemos uma equipe pra fazer



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

isso, se faria um posto de saúde não tão bom no primeiro, no segundo e, com o tempo ia ser cada vez melhor e o senhor vai me falar: “mas daí o funcionário público não trabalha por causa da estabilidade.” Mas não é assim: fomos visitar o Presidente e o Pioneiros Catarinenses e é triste ver tanto dinheiro jogado fora. Se nós formos ver o Posto de Saúde lá do Brasmadeira no que eu trabalhei, depois de 60 a 90 dias, isso foi na época do Lísias Tomé que fez: as janelas não abriam, tudo serviço de má qualidade. Este prefeito o mandato já está no final, mas o próximo que assuma que pense fazer uma equipe e comece a fazer as próprias obras do município. Lá em Foz do Iguaçu um absurdo, a família do prefeito é dona de todas as empresas que prestam serviço ao município. Onde está a fraude? Está nesses contratos aí. Cada dia que passa... até votei na Parceria Público-Privada, mas estou chegando a conclusão que o Paulo Porto tem razão: o que é público é público, o que é privado é privado. Vamos sair do que não tem interesse público e vamos ficar só no interesse público mesmo, porque onde entra a iniciativa privada com público é que tem as falcatruas, que tem desvio de dinheiro, que tem as propinas. Alguém viu falar em propina de professores dando aula? Não, não tem. Alguém viu propina de médicos, trabalhando nos postos de saúde? Não tem, porque lá já tem o salário; mas tira fora disso e já começa a roubar e confusão. Então o próximo prefeito de Cascavel, tenho certeza que, se montasse uma equipe de uns 20, 30 pedreiros, uma equipe de engenheiros que a gente já tem; poderíamos fazer as obras com mais qualidade e não teria todo dia a mesma coisa: escola que foi mal feita, de posto de saúde mal feito, é aterro mal feito, era tudo mal feito. Então eu sempre digo que a gente tem que conhecer o erro; então foi um erro nosso aqui, na época que veio o público-privado, nós não termos optado só pelo público; porque eu acho que teria um trabalho de melhor qualidade. Então era isso, vou votar favoravelmente a Cohavel; mas o município além de perder o tempo dessas unidades que estão fechadas ou não foram nem abertas; foi perdido dinheiro também. Porque lá não tem 70% do que foi pago nessas obras; então era isso. Vou votar favoravelmente, mas sempre aquele sentimento de que pra nós termos obras melhores, tem que ser feito pelo próprio Poder Público. Era isso, muito obrigado! (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: É preocupante, somos favoráveis ao Projeto. É importante que a Cohavel assuma essas obras, mas vejo que é uma obra pequena, finalizando. Não digo que todas as obras dá pra tocar com empresas públicas, tem que fazer parcerias, contratação, licitações sim pra grandes empresas, grandes obras. Mas a questão é o prejuízo: quem que vai repor esse prejuízo causado por essa empresa, que pega o serviço e não executa? Acabamos de falar agora a pouco da UPA do Sanga Funda que era pra ter sido inaugurada agora, dia 23, 24 de maio e nem sequer a terraplanagem está concluída. Os funcionários daquela empresa que terceirizou os serviços estão passando necessidades, eles estão desempregados. E pra isso, ontem nós já falamos e eu gostaria de fazer aqui um pedido e, aproveitar pra fazer uma questão de ordem. Como rege o artigo 84 do Regimento Interno, parágrafo único da nossa Casa, peço inclusão para ordem do dia, pode ser para próxima semana, solicito que o Projeto nº



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

133/2015 que dispõe sobre a proibição da participação de licitação e celebração de contrato com empresas chamadas “fichas sujas” que, está em tramitação nesta Casa e já recebeu das nossas Comissões parecer favorável; gostaria que fosse colocado em apreciação pra gente poder ter uma coisa assim, mais concreta; barrando não só as empresas ficha suja, mas também o sócio dessas empresas. E que pegue o CPF, o CNPJ da empresa, mais o CPF dessas empresas que aí ver se, eles conseguem levar a coisa mais a sério no serviço público e, que não é pra todo mundo vir, lucrar e ir embora. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Amélio Burgarelli: Não sei se estou ficando velho, mas as constatações dizem que, sim. Se você olhar algumas obras que nos deixam fascinados nos anos 50, dos anos 60, elas são modelos de obras estatais: quer prédios públicos, quer obras tipo pontes, eventos públicos a nível estadual e federal, que perduram no tempo como monumento. Hoje em dia, as obras públicas são vergonhosas, sinônimo de obra mal feita, mal desenhada, com péssima qualidade, provavelmente fruto de licitações, buscando quanto menor o preço melhor; mas isso, infelizmente não é real. E hoje, o sinônimo de obra pública é obra porca, acabou de inaugurar e está caindo; todas e sem exceção. - Vereador Professor Paulino: Então pedir questão de ordem, a inclusão do nosso Projeto nº 133 pra próxima sessão. – Presidente: Está anotado desde a outra sessão. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Ontem, estivemos aqui com o prefeito e a explicação do prefeito pra essa situação até foi óbvia: claro que precisamos terminar essas obras, para que possamos dar assistência ao povo. O prejuízo ficou com uma população que não foi atendida por um ano, mais ou menos; o prejuízo ficou pelo custo da obra mesmo o prefeito dizendo ontem, que ela vai ficar mais barata e a Cohavel adquiriu ela por um preço menor, mas assim mesmo o prejuízo é grande para as comunidades e, quem necessita de saúde realmente não pode esperar e tem que ter a sua assistência. (-Um aparte) Pois não. – Vereador João Paulo de Lima: Fiz questão de trazer até a bancada aqui, todo o trabalho feito pela Frente Parlamentar e que foram inúmeras visitas, inclusive com os contratos, fizemos um trabalho exemplar; inclusive com apoio de assessoramento jurídico e de alguns servidores dessa Casa. Então vale a pena ressaltar, uma obra que foi, inclusive, assinada em 2013 com prazo de execução de nove meses: veja o tempo que está e até agora nada. Conversando com doutor Burgarelli ele disse que, é importante que se cite sempre o nome dessas empresas, pra que fique marcado, as que fazem serviço realmente sem fundamento, um serviço porco na cidade de Cascavel. E aqui eu vou deixar registrado o nome dessa empresa: Engetec, que não é somente essa UBS do bairro Presidente e também, do bairro Pioneiros Catarinenses, mas é também essa preocupação de uma escola municipal que também, poderia já estar concluída essa obra; mas infelizmente porque não tem responsabilidades, não só com o município de Cascavel, mas com a população acabam deixando dessa forma a desejar. Obrigado! – Vereador Celso Dal Molin: Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Já que o proprietário da empresa assinou um termo de compromisso e não cumpriu, que seja encaminhado ao Ministério Público, que sejam tomadas as



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

providências a respeito da empresa, por ter assinado um termo de compromisso e não cumprido e as penalidades, também que regem a 8.666 seja aplicadas a essa empresa. Obrigado! – Vereador Celso Dal Molin: Temos informação de que não é só Cascavel que teve problema com essa empresa, cidades vizinhas também, tiveram problemas e isso é muito grave. É uma situação que não pode acontecer. Obrigado! - Presidente: Continua em discussão o Projeto. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; Projeto de lei nº 44/2016 aprovado em segunda votação pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos então, pra discussão do Projeto de lei nº 49/2016 que altera a Lei municipal nº 6.606, de 20.5.2016 que dispõe sobre prorrogação de prazo estabelecido no artigo 138 da Lei nº 6.179, de 2013 alterado pela Lei nº 6.437, de 23 de dezembro de 2014 e dá outras providências, de autoria da maioria dos senhores vereadores. Em discussão o projeto. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem; Projeto de lei nº 49/2016 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores. Antes de iniciarmos a votação da Moção nº 3, quero agradecer e parabenizar a grandeza dos senhores vereadores que, entenderam a importância desse Projeto de lei nº 49. Conseguimos fazer um encaminhamento, uma conversa, independente da questão partidária, da oposição ou da base, ou dos vereadores independentes e, chegamos num consenso pra que esta Casa faça a sua parte e dê sua contribuição e garanta o início da construção do hospital da região norte ainda, para este ano. Então quero agradecer a todos os senhores vereadores que entenderam a importância desse Projeto, deixando de lado a sua cor partidária, o seu interesse político e conseguimos nos unir entorno desse Projeto; dando nossa participação nessa questão tão importante, como é o hospital municipal. Passamos pra única discussão e votação da Moção nº 3/2016 que, expressa apoio e solidariedade ao governador do Estado para contratação imediata dos extensionistas da Emater, a fim de atender a reposição dos municípios do oeste do Paraná. Esta moção é de autoria da maioria dos senhores vereadores. Em discussão a moção. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Primeiramente, quero agradecer a todos os vereadores que assinaram essa moção do Instituto Emater, em apoio a essa Instituição tão importante no nosso Estado. Então faço uma pequena justificativa do porquê e do objetivo dessa moção. Na região oeste existem 50.246 agricultores familiares, sendo 20.000 produtores de leite, com a produção de 190 milhões de litros. Em 2014, foi considerada a segunda bacia leiteira do Paraná: a primeira deve ser Castro, perto de Curitiba e a segunda, é Cascavel. São vários assentamentos de famílias que produzem leite, sendo então a segunda bacia leiteira do nosso Estado e primeira com mais de 1 milhão e 100 mil litros, ela está entre a primeira e a segunda bem colocada, além da produção de suíno e aves. Ocorre que foi feito um concurso público, aonde que é pra ser chamado 400 extensionistas pra atuar na Emater. Muitos vão aposentando, outros vão pedindo demissão e há necessidade de repor esse quadro de funcionários. Pra vocês terem uma ideia, aqui na nossa região toda, na região oeste só tem 6 extensionistas. Então, essa Moção



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pedindo ao governador Beto Richa que contrate esses 400 funcionários da Emater é de fundamental importância para o Instituto Emater. Por isso, eu já quero agradecer o voto e assinatura de todos os vereadores que assinaram essa moção. Peço voto favorável, então. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Agradecer a iniciativa do vereador Fernando Winter por trazer essa moção a Casa e prontamente, assinei; sabendo da dificuldade que hoje a Emater tem na questão de pessoal. São instituições do Estado, do Poder Público, importantíssimas no desenvolvimento, principalmente do pequeno agricultor, que tem a sua assistência técnica gratuita do Estado, fornecido no trabalho dos extensionistas. Com essa carência de pessoal, há necessidade que o governo faça essas contratações. Não só a Emater como o IAP tem deficiência no seu quadro técnico, hoje e de fazer o seu papel, o trabalho necessário para que tenhamos uma política pública voltada nessa área do Estado, conforme em anos anteriores vinha sendo feito. Governos anteriores que, faziam e davam prioridade nessas áreas. A Emater presta um serviço fundamental, para quem acompanha a área rural na orientação dos agricultores, nos cuidados na aplicação de agrotóxicos, na melhor produtividade, na produção de diversas áreas. Então assinamos essa Moção e esperamos que, o governo do Estado dê resposta à sociedade paranaense, principalmente a área rural e a instituição Emater pra que ela continue seu trabalho importantíssimo, na área da produção agrícola, que é a base primária da economia do Paraná e do Brasil, também. Obrigado! – Presidente: Em votação, Projeto de lei nº 49/2016 de autoria da maioria dos senhores vereadores. Proceda a votação nominal, senhor primeiro secretário. (Não houve voto contrário) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Ganso Sem Limite, Jaime Vasatta, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Luiz Amélio Burgarelli, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini) – Secretário: 20 votos favoráveis e nenhum contrário. – Presidente: Com 20 votos favoráveis e nenhum contrário, aprovada a moção nº 3. Passamos pra os requerimentos. Temos o requerimento nº 183 de autoria do vereador Professor Paulino; o nº 184 autoria do Professor Paulino; o nº 185 da Comissão de Viação e Obras Públicas e Urbanismo; o nº 187 do Professor Paulino; o nº 188 do Professor Paulino; o nº 189 do Professor Paulino; o nº 190 do Pedro Martendal e o nº 191 também, de autoria do Vereador Pedro Martendal. Eu consulto aos senhores líderes, se há consenso na deliberação dos presentes requerimentos. – Vereador Cláudio Gaitero: Peço destaque no nº 189. – Presidente: Destacado o requerimento nº 189. Pergunto aos senhores líderes, se há consenso na deliberação dos demais requerimentos. – Vereador Luiz Frare: Peço destaque no nº 190. – Presidente: Destacado o requerimento nº 190. Consulto aos senhores líderes, se há consenso na deliberação dos requerimentos restantes. (-Consenso) Destacado os requerimentos nº 189 e nº 190; coloco em votação os requerimentos nº 183, nº 184, nº 185, nº 187, nº 188 e nº 191. Em votação, os vereadores favoráveis permaneçam



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

como estão e os vereadores contrários que se manifestem; requerimentos lidos, aprovados pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos pra discussão do requerimento nº 189 e na sequência o nº 190. Em discussão o requerimento nº 189, que requer informações a respeito do cumprimento do artigo 389 da CLT, sobre a obrigatoriedade de implementar berçário ou creche nas empresas que tiverem 30 ou mais mulheres trabalhando nos locais de trabalho, de autoria do Professor Paulinho do PT. Em discussão o requerimento. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Cláudio Gaitero. – Vereador Cláudio Gaitero: O requerimento nº 189 requer informações da Secretaria Municipal de Educação, com referência ao cumprimento do artigo 389 da CLT. Então, causa dúvida a este vereador sabendo que no município de Cascavel os funcionários... o município é regido pelo estatuto e aqui, nós estamos diante de uma consolidação das leis do trabalho. Então, gostaria de alguns esclarecimentos e quem sabe, do autor, E eu peço voto contrário, em função de que não cabe ao município fiscalizar esse tipo de procedimento. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Luiz Frare: Realmente é estranho o Professor Paulino, vereador que é funcionário público, também sabe que o Município de Cascavel, o Estado, ou a União ou qualquer outro município o regime não é CLT e, portanto não há obrigatoriedade do município colocar esse serviço à disposição das mulheres, com idade acima dos 16 anos nas escolas que têm mais de 30 professores ou professoras, no caso com essa condição. Obrigado. – Vereador Cláudio Gaitero: Então peço voto contrário, em função de que o requerimento não deve ser enviado para a Secretaria de Educação, em função de que trata-se de leis do trabalho, onde o município é regido por estatuto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Estamos solicitando informação pra Secretaria de Educação, querendo saber se existe alguma empresa que cumpra o artigo 189 da CLT. Pelo que nós sabemos, em Cascavel, pelo que eu sei não existe esse cumprimento da CLT. Concordo com os senhores, por parte da Administração Pública você não trabalha com a CLT. Nossa indagação é por que nós temos em cidades vizinhas, cito Cafelândia, Toledo enfim, várias, onde as empresas têm uma parceria com a Prefeitura, onde a empresa... Veja que nós estamos colocando aqui, uma lei de 1940, CLT é de Getúlio Vargas, onde ele determinava que empresas com mais de 30 mulheres acima de 16 anos, era obrigatório, mas nem todas cidades cumpriram, e se coloca a creche que era pra cuidar das crianças. Hoje, não é creche; hoje nós temos Cmei's. Temos cidades onde se adaptou, a empresa oferece o espaço, a sala e a Prefeitura oferece o RH, os profissionais, é uma parceria entre a empresa e o Poder Público. Nossa preocupação é essa, que nós tivemos ontem, aqui na nossa audiência pública, onde o promotor chegou aqui com 3.370 e poucas crianças pra o Cmei e não tem vaga. Nossa preocupação é que possa se abrir. Imagina se tivesse 100 empresas que têm a possibilidade de oferecer 30 vagas, ou 20 vagas, pra poder ocupar esse espaço e, logo nós estaríamos resolvendo. Certamente que, as empresas não farão isso de graça, mas por que quê não pode haver um investimento direto? Acho que é possível fazer isso; por isso o nosso questionamento. (-Um aparte) Pois não. –



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Vereador Cláudio Gaitero: Duas coisas: primeiro, chegar esse requerimento na mão do secretário da Educação, ele vai dizer: “não existe”. Outra coisa: se vossa excelência retirar esse requerimento e mandar direto pro Ministério do Trabalho aí, colherá algumas informações boas. Acho que seria uma orientação muito boa. (-Um aparte) - Vereador Professor Paulino: Pois não! – Vereador Jorge Menegatti: Entendo a sua preocupação, vejo também o seu questionamento: não entendi muito bem e, deveria ser para o Ministério do Trabalho. Mas o senhor me perdoe, pela minha fala já antecipadamente; nós temos que parar nesse país de transferir problemas do Governo Federal, Estadual e Municipal para as empresas. As empresas estão aí pedindo socorro, nós não suportamos mais, não estou aqui defendendo os empresários. Raramente eu faço isso nesse microfone, não suportam mais a incompetência do Governo Federal em gerir os recursos. Nós não podemos mais, nesse país, transferir absolutamente mais nada para os empresários e, para o trabalhador. O governo tem que se colocar no lugar dele e parar de sangrar os seus filhos, os filhos da Pátria, os filhos do Brasil. Nós estamos sangrando, não suportamos mais nada: nem fiscalização e nem enfiar goela abaixo. Portanto, se nós nesta Casa fizéssemos leis para ajudar a manter os empregos e a renda da população, eu agradeceria. Desculpa o meu desabafo. - Vereador Professor Paulino: Os vereadores que estavam conosco hoje, aqui na Acic: nós colocamos para o promotor Luciano e ele falou que, isso tem até muito mais a ver com o Ministério do Trabalho, mas que pode ser discutido, só que precisa haver essa conversa e o Ministério Público do Trabalho tem que fazer cumprir essa lei. Pode ser. Retiramos. – Presidente: Então o autor do requerimento está retirando o requerimento nº 189. Coloco em discussão e votação o pedido de retirada. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão e os contrários que se manifestem; retirado o requerimento nº 189. Passamos então, pra discussão do nº 190, esse é da autoria do Vereador Pedro Martendal que requer informações sobre as obras do viaduto que liga o bairro Pacaembu ao Jardim Veneza. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Eu também, como morador daquela região, juntamente com o vereador Walmir Severgnini gostaria de dizer que, ontem na audiência que nós tivemos aqui, foi bem explicado sobre essa situação do viaduto. O vereador estava presente, eu acho que não tem necessidade nenhuma de explanar mais alguma coisa, neste sentido. As perguntas que o vereador solicita, eu até posso responder a vossa excelência, vereador Pedro Martendal. O senhor está pedindo, qual a previsão de término das obras do viaduto que liga o bairro Pacaembu ao Jardim Veneza. É só passar em frente à obra e, tem duas placas lá de 9 meses: está escrito bem grande 9 meses a proposição que a empresa está propondo. Outro detalhe é que, eu estou todos os dias... porque é meu caminho de casa passar por ali, juntamente com o vereador Walmir, que já foi conosco lá duas vezes, e dizer que: as obras estão até adiantadas. Esses dias uma vizinha me disse: estão fazendo a fundação, inclusive era meia-noite e estavam trabalhando. Empresa assim tem que parabenizar; empresas assim como estão fazendo em Cascavel, tem que parabenizar. Tomara Deus que esse prazo possa ser repassado antes àquela



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

população que tanto precisa: é a nossa compreensão, vereador. Sobre a questão dos valores investidos por parte da empresa Ecocataratas, ontem foi falado aqui, inclusive, a Concessionária apenas deu o Projeto de R\$ 500.000,00 onde também, repudio essa Concessionária; porque afinal é uma rodovia pedagiada e que deveria ser por conta da Concessionária e, não do município. Aqui neste momento, eu parabeno o município de Cascavel por estar fazendo esta obra fantástica, atendendo no mínimo, 20 mil pessoas que moram do outro lado da rodovia e que, estavam isolados naquela região; então, portanto, eu acho que esses dois questionamentos, respeitando o nobre vereador, mas ontem foi repassado aqui, no debate que tivemos sobre a prestação de contas e também dizer que, é isso aí. E convido também, todos os vereadores para fiscalizarem essa obra. Essa obra não é da região sul, mas é uma obra de Cascavel. Eu acho que uma das obras mais importantes do BID, que é esse viaduto da 277. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Luiz Frare: No item 2: *Haverá compensação dos valores retidos por parte da empresa Ecocataratas?* Não! O prefeito colocou ontem que, se esse empreendimento, essa obra é financiada com o dinheiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento, portanto quem vai pagar a contrapartida é o município e o financiamento da obra, o Banco Interamericano, o que foi respondido ontem, aqui pelo prefeito na audiência pública. Obrigado! - Vereador João Paulo de Lima: Se tivesse mais dois viadutos naquela região lá, da região sul que precisa, ainda. Na baixada ali do Cascavel Velho, quantas pessoas morreram e, ainda não resolveram o problema lá do XIV de Novembro, onde o vereador Nei H. Haveroth sempre está falando, nesse sentido. Aquele gargalo que ainda tem, aí na avenida do Cowboy que tanto atrapalha o trânsito do Guarujá como do XIV de Novembro. Quer dizer, quantas mais melhorias sendo da Rodovia Ecocataratas ou do município de Cascavel, estarei aqui sempre votando favorável; porque realmente é pensar em vidas e pensar na melhoria do tráfico, da viabilidade tanto dos pedestres como também, dos veículos automotores. Era o que tinha, senhor presidente. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Pedro Martendal. – Vereador Pedro Martendal: Com todo respeito ao meu amigo vereador João Paulo, vereador combatente, organizado, se vê pelo trabalho que fez. Uma pilha de documentos aí da fiscalização da Engetec, com todo respeito, eu quero discordar de vossa excelência pelo seguinte: os 9 meses eu não sei se vão ser cumpridos, porque como o senhor tem visto aí, nas suas fiscalizações da Frente Parlamentar, houve pedido de aditivo da Engetec por causa de chuva. Eu acho que quando uma empreiteira contrata uma obra, evidentemente que chove durante um ano; então são desculpas esfarrapadas da empreiteira, em pedir aditivo por causa de chuva. Então, primeiro lugar: não sei se sai nos 9 meses. Segundo ponto: jamais serei contra esse viaduto. A questão que eu quero saber é o seguinte: nós pagamos um rio de dinheiro de pedágio e vamos pagar mais o viaduto? Vamos usar esse dinheiro para construir creche, pra fazer a UPA do Sanga Funda e outras obras; então o que nós precisamos do Governo Federal é uma rodovia federal e que o Governo Federal faça ou a empresa pedagiadora o faça. E a questão do requerimento, eu protocolei esse requerimento de manhã e a audiência pública foi à tarde. E as explicações que estão



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

aqui, o perfeito não deu e como eu já tinha o requerimento, deixei. (-Um aparte) Pois não! – Vereador Jorge Menegatti: Primeiro, parabenizá-lo pela sugestão. Acho importante isso, eu sei que o senhor está preocupado com o dinheiro público. Infelizmente, Cascavel, muitas vezes tem que investir por incompetência novamente dos governos estaduais e federal que, não investem naquilo que eles recolhem. Recolhe pra investir, recolhe o IPVA, recolhe o pedágio, é uma empresa terceirizada, mas foi o governo federal, governo estadual que liberaram isso pra eles recolherem; eles deveriam investir, então não investem e infelizmente, o município tem que investir. Até quero parabenizar o governo municipal, porque está fazendo o viaduto de extrema importância. Importante esse investimento e gostaria de sugerir que retirasse esse requerimento, que acho que já foi explicado, entendido até pelo senhor: a intenção do governo. E se lá na frente esse viaduto não sair em 9 meses, a gente pode daqui uns 3, 4 meses, fazer esse requerimento e solicitar essas informações. Obrigado. – Vereador Pedro Martendal: Vou retirar até porque, ele tem um pequeno erro de redação. Então por esse motivo e também, como foi parcialmente respondido ontem eu retiro o requerimento. Analisarei se apresentarei ele de outra forma ou, aguardaremos o andamento das obras. Obrigado! – Presidente: Em votação, os vereadores favoráveis a retirada permaneçam como estão e os vereadores contrários que se manifestem. Aprovado da mesma forma a retirada do requerimento nº 190; e encerramos a deliberação dos requerimentos nesta sessão. Encerro a ordem do dia. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Presidente: Nós temos as inscrições de interesse público. Com a palavra vereador Luiz Frare. - Luiz Frare: Em primeiro lugar, eu quero agradecer a presença na audiência pública da Câmara Municipal de Cascavel e do município de Cascavel, ontem às 14:00 horas, dos seguintes vereadores: Romulo Quintino, João Paulo, Celso Dal Molin, Jaime Vasatta, Professor Paulino, Pedro Martendal, Nei H. Haveroth, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Walmir Severgnini e Aldonir Cabral. Obrigado pelo comparecimento, pelos questionamentos e pela participação dos 12 vereadores que aqui, estiveram ontem prestigiando a audiência pública. A minha fala hoje, tem um pouco a ver com a pergunta que eu formulei ontem, ao prefeito Edgar Bueno. Nesta época do ano, em época de eleição existem pré-candidatos a vereador, prefeito, e muitos deles emitindo opinião em entrevistas, rádio, televisão, jornal e questionando principalmente a situação em que vão receber o município; se eleitos forem. Pois bem, eu fiz essa pergunta ontem ao prefeito Edgar Bueno e, sabedor da resposta dele; porque eu já tinha preparado uma pauta para hoje, independente da resposta dele eu ia falar o que eu vou falar. Uma pequena parcela dos pré-candidatos a prefeito principalmente, tem questionado que o município está endividado, que o município não tem capacidade de endividamento, que o município não vai deixar dinheiro pra o próximo prefeito, que o município está fazendo hoje o que não deveria fazer; porque está em final de mandato. Em primeiro lugar, a Lei de Responsabilidade Fiscal que até hoje não valeu para o Governo Federal, não valeu e, continua não valendo e tem que ajustar; mas ela é muito rigorosa quanto aos municípios e os Estados. Então pra que a população, para que os senhores vereadores e pra que a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

plateia entenda: a Lei de Responsabilidade Fiscal não permite que se deixe empenhada alguma obra sem ter o recurso financeiro adequado pra fazer aquela obra e, não permite que se deixe restos a pagar, em virtude daqueles empenhos, já efetuados. Lógico que se um município ou estado chegar no final do ano e tiver que eleger: pagar os funcionários ou pagar os fornecedores, vai pagar os funcionários e deixar os fornecedores fora. A exemplo do que nós recebemos em janeiro de 2001, quando tinha 50% do orçamento daquele ano de 2001 comprometido com dívidas de médio, curto e longo prazo e tinha seis milhões e meio de empenhos a pagar, mercadoria entregue, serviço entregue, atestado, empenho liquidado, só faltava pagar. E pasmem os senhores, havia em caixa R\$ 2.000,00; R\$ 1.800,00 de cheque sem fundo e R\$ 200,00 de vale; esse é o resultado que nós recebemos em 2001. Neste momento eu posso garantir com toda tranquilidade que, em primeiro lugar: o que foi apresentado ontem aqui, pelo prefeito e apareceu na tela: tem hoje, 18 milhões de reais de dívida com o empréstimo do BID, que as obras estão sendo realizadas e a soma total com parcelamento de PASEP e que não foram os 12 anos do governo Edgar Bueno e nem os 4 do governo Lísias Tomé, que criaram. Os 10 milhões de reais de dívida com o PASEP e os R\$ 4.800.000,00 de dívida com IPMC de parcelamentos que, não foram dos dois prefeitos que fizeram. Além disso, e somando tudo isso: foram pagos no decorrer desses 12 anos e principalmente de 2010 pra cá, quando houve uma determinação no sentido de que se equacionasse a dívida dos precatórios e o município se comprometeu a liquidar um determinado percentual do orçamento todo mês e hoje os precatórios, dentre eles do prédio onde está a Câmara Municipal, do prédio onde está a Prefeitura Municipal, daquele kartódromo, da Praça Wilson Joffre dentre outros, estão liquidados. Hoje, o município deve próximo de 7,55 do seu orçamento, 51 milhões de reais. Vai dever até o final do ano, se concluir a primeira parte do BID das obras da avenida Brasil e dos terminais que, estão sendo solicitados e do viaduto que está sendo construído, vai se comprometer entorno de 60 milhões de reais com o BID; tirando os 18 são 42 a mais dos 51 e então vamos arredondar pra 100 milhões de reais. Uma dívida de 100 milhões de reais pra um orçamento de 800 milhões de reais, isso significa um percentual de 12,5%. Nós recebemos com 50% de dívida do orçamento, daquele ano. O segundo ponto: “vão deixar a dívida do BID pra o próximo prefeito pagar.” Primeiro lugar: o próximo prefeito terá a obrigação de concluir os projetos já elaborados pela prefeitura com a aprovação do BID e, ele tem durante os próximos dois anos a condição de fazer as obras, cujo dinheiro já está alocado. E no final do seu mandato, talvez nos últimos seis meses, é que ele começará a pagar a dívida do BID. Quanto significa em valores de hoje? Entorno de 500 mil reais/mês, 100 milhões de reais/ano. Isso em 25 anos de prazo pra pagar, cuja carência vence em 2019. Esta é a dívida que, o município deverá deixar em 31/12/2016. O prefeito Edgar Bueno, com a determinação, com a competência administrativa que teve, com uma visão de futuro que ele tem, vai deixar um município muito melhor, inclusive, com vagas nas creches que eram 2.000 em 2009 e hoje, são 6.000. Por isso aquela colocação que o promotor colocou ontem aqui, de que o município não assinou um termo de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ajustamento, não assinou porque está fazendo a parte dele. Está fazendo acima do que determina o Ministério da Educação, colocando vaga nos Cmei's. Os candidatos que estão já dando desculpas, porque vou receber o município assim e assado, que não se candidate e, que tenham hombridade de não colocar o nome à disposição da população. E se colocarem, apresentem proposta de trabalho e não critiquem quem está fazendo. O mandato do prefeito Edgar Bueno termina em 31/12/2016. Obrigado! – Presidente: Sem dúvida nenhuma a sua fala foi uma aula, pra aqueles que estão preocupados com a saúde financeira do município. Com a palavra o vereador João Paulo de Lima. - Vereador João Paulo de Lima: Hoje, só quero parabenizar o juiz de Cravinhos, São Paulo. Um juiz que teve a sensibilidade ontem e, acabou liberando a fosfoetalamina mesmo com processo no STF. Acabou liberando, então os pacientes começaram novamente a ter a esperança, ou seja, entrando na Justiça vão conseguir esse composto. Realmente um orgulho, a Comarca de Cravinhos, a Comarca Judiciária de Cravinhos que autorizou, embora a AMB quis proibir: nós conseguimos então, o grupo nosso que está envolvido no Brasil inteiro, conseguiu ontem essa deliberação junto ao juiz da cidade de Cravinhos, São Paulo. Outro detalhe: venho aqui também enaltecer o Executivo Municipal que ontem, inclusive, eu falei ao prefeito que era uma greve de servidores. Ele falou que não era, porque eram somente 55 servidores; mas esses 55 servidores fizeram que houvesse várias reuniões, inclusive com o sindicato e os servidores, tanto assistentes sociais, como técnicos de enfermagem, enfermeiros, poderão agora nos próximos dias vai ser votado aqui na Casa junto aos senhores vereadores, a questão das horas das UPA's, que era uma batalha antiga dos servidores do Município de Cascavel. O Executivo se sensibilizou nesse sentido e, foram várias reuniões com vários vereadores. Esse é uma luta da categoria que avançou e conseguiu aquilo que no mínimo, queriam. Seriam outras reivindicações, mas com isso a categoria está muito contente; então esperamos que nos próximos dias seja votado até para que a carga horária que seria de 40 horas desse pessoal que, não tem mais segurança e inclusive nas UPA's, estamos cobrando isso; porque a todos os dias, um servidor público ou alguém está sendo agredido dentro das UPA's, então dessa maneira eu fico contente de que as coisas estão acontecendo. Também faço aqui, um relato que é importante ressaltar, vereador Pedro Martendal, que na verdade esse viaduto está desde 2013 fazendo a tramitação aqui, na cidade de Cascavel, os Projetos pelo BID e agora a gente falar em alterações pra colocar em creches e tudo mais... quer dizer, houve um prazo, houve um tempo, houve o período para que se pudesse posicionar, se não quisesse aquela obra belíssima e que vai contemplar aquele bairro, inclusive com binários, ou seja, vindo para o bairro e voltando de lá, vai ajudar a melhorar o fluxo das ambulâncias que vão até as UPA's. Então dessa forma, com certeza é uma obra fundamental àquela comunidade que mora lá e não só àquela população da região sul, mas também, todas as pessoas que irão lá: visitar alguns familiares, visitar o bairro ou até mesmo que vão utilizar o serviço público de saúde, que por sinal, embora reclamam tanto da saúde de Cascavel e falam da UPA do bairro Veneza, mas é uma UPA que tem funcionários capacitados, servidores que realmente



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

tem feito um grande trabalho. E eu aqui, elogio os médicos da UPA que tinham realmente alguns médicos que não trabalhavam do jeito que tinha que ser, mas agora foi remodelado o quadro de servidores lá e, eu não tenho do que me queixar. Logicamente que, não está apto para aquelas pessoas que necessitam que sejam atendidos imediatamente, mas devagarinho as coisas vão acontecendo. E eu espero que agora também, dê um ânimo aos servidores com esse projeto aí de 30 horas, reduzindo a sua carga horária, eles terão também mais tempo pra poder descansar ou até mesmo fazer outra atividade. Vereador Paulo Porto, você que também ajudou muito nesse empenho, junto aos servidores, estivemos juntos nessas batalhas aí. Dizer que são dois elogios que eu faço ao Executivo hoje, que é a questão do viaduto da 277 e também, a questão desse ajuste desse anteprojeto que está vindo do Executivo e com certeza é do agrado dos servidores e o contentamento deles. Era isso que tinha. Muito Obrigado. – Vereador Celso Dal Molin: Questão de ordem. Peço licença pra me retirar, tenho um compromisso. – Presidente: Concedido. Temos na sequência, o vereador Fernando Winter. – Vereador Fernando Winter: Falar um pouquinho sobre a nossa audiência pública de ontem. Estivemos aqui, já quero registrar e agradecer a presença de sete vereadores: vereador Pedro Martendal, Professor Paulino, vereador Vanderlei, Celso Dal Molin, vereador Paulo Porto e o Rômulo Quintino. Quero agradecer a presença de todos vocês que estiveram aqui e que enriqueceram a audiência pública. Também estiveram: o promotor Luciano Machado, o Valdecir Nath secretário não pôde estar presente, devido ao seu problema de saúde; mas enviou toda sua equipe, a Sueli Góes, o engenheiro Fábio ao qual respondeu muito das dúvidas de toda a plateia. Também esteve presente o secretário de Esportes, Wanderley Faust. Três assuntos predominaram aqui, nessa audiência. O primeiro assunto foi falado sobre a estrutura das escolas. Estrutura de escolas, reformas, obras inacabadas, obras novas, que precisam ser feitas nas escolas; então, foi um assunto que predominou nessa nossa audiência pública. Tivemos aqui, o plenário lotado com pessoas lá fora de pé. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Martendal: Ontem eu fiquei muito feliz, porque o pessoal da rede municipal atendeu o chamado da Comissão. Tivemos esse plenário lotado, mas não só a questão da lotação, mas a qualidade das pessoas que aqui vieram: pais, presidente de Associação, diretores. Nós mantivemos um diálogo de alto nível, muito bom, foi excelente, todos estão preocupados, evidentemente em apontar as falhas, apontar as necessidades, mas também, sugerindo soluções então, foi um debate de alto nível. Pena que infelizmente, acabou se confirmando aquilo que já sabemos: a fila do Cmei, a estrutura... nós temos vários colégios em situação deplorável, entendo que nem cabe mais reforma, porque são colégios com 30, 35, 40 anos. Tem colégios que não compensa mais reformar. O Colégio José Henrique é um que estou em dúvida, saiu agora o valor de licitação: R\$ 2.750.000,00 para reformar o colégio. O Estado construiu ali no Canadá um para 1.100 pessoas, custou 4 milhões e pouco e agora, nós vamos gastar 3 milhões pra reformar? Será que não seria o ideal fazer um novo? São coisas a se discutir, mas a comunidade daquela região está tão premente, com urgência pra que seja resolvido, que no José Henrique eu acho que vai



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ter que ser feita reforma mesmo; porque os alunos estão em situação de risco, insalubridade e os professores também, dando aula de certa forma... então; a audiência pública foi excelente. Muito boa! Muito obrigado pelo aparte. – Vereador Fernando Winter: Outra questão que foi discutida também, a questão dos Cmei's. Eu vi a fala do vereador Luiz Frare, Romulo você esteve presente, embora o vereador Luiz Frare tem razão da forma que o prefeito pegou o município mas, vereadores nós não podemos negar a situação real do município: são 3.200 vagas nos Cmei's e nós estamos numa Metrópole em construção, então a cidade aumentou, a cidade cresceu e nós não podemos negar. E estava aí, o promotor falando que existe essa demanda de 3.200 vagas para o Cmei; então nós da Comissão, estamos preocupados. Nós não estamos aqui metendo o pau no prefeito A, B ou C; estamos colocando uma realidade que o município está vivendo. Qual é o vereador que não é alcançado no seu gabinete por eleitores que, precisam de uma vaga no Cmei? O que mais foi discutido aqui, ontem foi essa situação. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Nei H. Haveroth: Quero, primeiramente, parabenizar a Comissão de Educação por promover essa audiência e debater esse assunto, mas também quero colocar o meu posicionamento em relação a isso que já fiz anteriormente, eu acho que pelo que eu não estou enganado, a idade mínima que é obrigatória pela lei de o município atender é a partir dos 4 anos. Essa é obrigatória e o que de mais o município faz dessa idade para abaixo é um *plus*, que o município faz pra atender essa demanda aí; essa visão de universalização do acesso que é questionável. Nós temos hoje, devido à situação econômica, muitas pessoas migrando da escola particular para pública e, que tinham condições em detrimento do acesso das pessoas que, às vezes, têm lá a carteira de trabalho e teria que deixar o filho em algum lugar, porque não tem outra solução. E, eu francamente falando, eu preferia que o Estado, o valor que é pago no custo do Cmei, preferia que o Estado pagasse pra mãe pra que ela cuidasse do filho, muitas vezes, pelo menos até os 2 anos de idade e que daria o afeto, o cuidado necessário para a criança e depois então, ela iria pra escola que o custo seria bem mais inferior pro município; são questionamentos. E eu infelizmente gostaria de vir na audiência, mas tive outro compromisso e quero parabenizar a discussão. Mas eu acho que essa discussão tem que continuar, para que nós possamos chegar a um denominador comum e pra não ficar a sociedade ou promotor acusando o município: pra dizer que o município não cumpre com a obrigação dele e o município está cumprindo até além. (-Um aparte) – Vereador Fernando Winter: Pois não! – Vereador Gugu Bueno: Só contribuir com essa discussão e, primeiro parabenizar a Comissão de Educação. Infelizmente, ontem por uma questão de saúde, não pude estar presente na audiência; mas vi que foi de fato representativa e tivemos aqui diversos educadores, promotoria pública, enfim. Mas essa questão da vaga do Cmei, vereador Professor Paulino, acho que ela tem que ser tratada com muita responsabilidade. Primeiro, nós temos alguns fatos, o fato é que nós aumentamos de 2.000 para 6.000 vagas, nesses últimos anos e veja bem, é triplicar o número de vagas existentes. Outro fato: nós temos uma demanda de mais de 3.000 vagas, mas será que é evidente que nem todos nós vamos imaginar que essas 3.000



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

vagas serão construídas da noite pra o dia e aí, nós esbarramos na questão do limite prudencial do município, que já está muito próximo do limite. Você construir o Cmei é a parte mais fácil, mas lá você tem que contratar profissionais, contratar educadores, assim por diante. Temos que tratar com muita seriedade. O vereador Nei colocou um ponto muito importante. Eu acho que tinha que se buscar uma forma de selecionar aquela pessoa que teria prioridade à vaga no Cmei, e não simplesmente uma universalização absoluta. Justamente por isso; eu acho e tenho convicção que, por exemplo, se nós construíssemos mais 3 mil vagas em Cmei's em Cascavel, logo, logo, terão novamente 3.000 crianças na fila de espera; porque aquelas pessoas que às vezes têm condição de colocar o seu filho numa creche particular, ou enfim, dar outra alternativa pra seu filho, ele vai buscar uma vaga no Cmei, como temos hoje. Eu acho que a prioridade tinha que ser assim: aquela doméstica, aquele trabalhador que simplesmente não tem condição de pagar uma empregada doméstica pra ficar na sua casa, não tem condição, não tem o que fazer com seu filho pequeno; porque o pai trabalha e a mãe trabalha e, esta tem que ser a prioridade. Agora, o acesso universal... nós sempre estaremos enxugando gelo e estou falando: nunca, nunca essas vagas serão completamente preenchidas, pois sempre estará faltando vaga. Pelo menos é a visão que eu tenho desse problema, de maneira mais aprofundada. Obrigado e parabéns mais uma vez à Comissão de Educação, pela audiência pública promovida ontem à noite. – Vereador Fernando Winter: Ouvi atentamente o vereador Nei H. Haveroth e Gugu Bueno e, em partes eu concordo; mas se a gente for analisar a construção dos Cmei's não atendeu a demanda do crescimento. Um problema social. Um casal hoje tem que trabalhar e antigamente, era só o marido que trabalhava. Hoje a esposa tem que trabalhar também, pra ajudar no orçamento doméstico; então não tem onde deixar as crianças. Um problema que tem que discutir, por isso é importante a audiência. Outra questão: vou finalizar, agora. A questão do piso dos professores, eu sei que pode dar no índice prudencial e, pode dar problema, mas nós temos que discutir; porque é direito adquirido. Então, a classe dos professores não está errada quando faz os seus pedidos aqui, nesta Casa. Então, esses três itens aqui predominaram na audiência pública e, vamos ter que debater mais sobre esses assuntos, futuramente. Obrigado! – Presidente: Com a palavra vereador Professor Paulino. - Vereador Professor Paulino: Dando sequência rapidamente aqui, ao que o nosso presidente da Comissão de Educação estava expondo, em relação a nossa audiência pública da educação que realizamos, ontem. De fato foi muito importante, é muito importante ouvir as pessoas interessadas. Mesmo com chuva e tudo mais, muitas pessoas acabaram vindo participar. Bastante qualidade, bastante cobrança, escolas mandaram a seus questionários, outras que vieram apresentaram as demandas, é muito importante. Nossa grande angústia é que nem tudo aquilo que foi colocado se realiza a curto prazo, mas nós temos coisas que são emergenciais e que tem que fazer ainda esse mês, tem que fazer pra amanhã. E tem aquelas situações que a gente sabe que vai precisar de mais tempo, talvez semana que vem, próximo mandato. E aí assim eu acho que nós precisamos, nós que defendemos a escola



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

pública gratuita e de qualidade, temos que focar certamente em gestores que vão estar se colocando daqui uns dias pra serem nossos prefeitos e, que vai administrar essa situação, que tenha uma visão da educação de fato como ela tem que ser. Fico um pouco triste, colegas inclusive agora a fala do vereador Nei H. Haveroth e do nosso presidente aqui, que bom se a universalização de fato acontecesse. Nós não temos que ter a visão de que é creche, não é mais creche, quando estamos falando de direito para as nossas crianças: direitos, ou seja, o maternal já é educação. Existe uma lei federal aprovada que tem que ser colocada em prática e nós temos metas para ser atingidas. Sabemos que até para o próximo ano, 60% das crianças de 0 a 4 anos já têm que estar na escola, já têm que estar no berçário, no Cmei; mas ela é educação. Então veja só: educação não pode ser confundida com creche, e a criança tem o direito de ir para escola ou Cmei, independente se a mãe está trabalhando ou se a mãe não está trabalhando. Se essa mãe precisa deixar a criança... independente. A minha mãe pode ficar em casa, nós não estamos assistindo a mãe, estamos assistindo a criança é o direito da criança. Então, não é possível que nós vamos estar negando o direito para nossas crianças e voltar ao tempo atrás, onde a juventude que quisesse estudar tinha que pagar. Existia aqueles que tinham direito de estudar e aqueles que não tinham direito de estudar; aqueles que tinham o direito de ter uma saúde, educação e aqueles que não tinham o direito, porque o direito se comprava. Eu espero que, não que a gente não volte a um tempo muito recente aí, que eu lembro. Eu não sou tão velho assim, mas eu vi meu pai vender a vaquinha de leite para pagar assistência médica a minha mãe, que estava doente e ele não tinha. Assim como eu também, pude estudar só quando eu já estava com idade mais avançada. Eu só pude estudar quando eu pude sair de onde eu morava, pra ir para outro local, pra outra cidade e poder estudar. Isso nós temos que pensar, essa situação, aqui... “não tem dinheiro”. Dinheiro tem, temos que ter prioridade. Educação é prioridade, como vimos ontem das diretoras que aqui estavam e, se a educação é prioridade, nós vamos estar privilegiando no orçamento do nosso município a educação. O que não pode acontecer é o que não aconteceu aqui, no Plano Municipal. Fizeram uma cortina de fumaça e aquilo que era pra ser discutido prioritariamente, não foi discutido. Discutiram gênero e não sei mais o quê, e o que era pra ser discutido, não foi. Obrigado! – Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Recentemente estive visitando o bairro Brasília II, a convite da APPS do Cmei Leonardo Chervinski e constatamos diversos problemas dessa unidade escolar: espaços inadequados, falta de móveis, falta de servidores, do parquinho completamente inutilizado para utilização das crianças. Infelizmente, esses problemas não são privilégio de Cmei, esses problemas são lamentavelmente, comuns em toda rede municipal de Cascavel. Uma rede que segue com estrutura física sucateada, ausência de servidores, ausência do piso nacional não pago; porém o que me traz à tribuna não é isso. Isso é por demais comum a todas escolas, todos os Cmei's praticamente, têm esse tipo de problema. O que me traz à tribuna é algo incomum, nesse caso. Acontece que esses problemas todos foram relatados, repassados a secretaria Semed, por essas escolas, ou melhor, por esse Cmei, via 10



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

ofícios protocolados junto ao Executivo que datam de 23 de junho de 2014 à 22 de março de 2016; sendo 9 deles endereçados ao secretário Valdecir Nath e 1 ao Maurício Theodoro, secretário de Obras. Nesses quase dois anos de envio de ofícios, o que nos chama atenção é que: nenhum deles, nenhum ofício foi respondido pelo Executivo. Tanto é que na nossa visita, a principal reivindicação era muito modesta, era muito simples, queriam que nós fizéssemos um requerimento com as perguntas que não foram respondidas nesses 10 anos e, quais eram? Se haveria reforma, e eles queriam ver a possibilidade de consertar o parquinho para as crianças utilizarem. Enfim, fizemos requerimento aprovado por esta Casa e tivemos as duas respostas. Em relação à reforma do parquinho que, consta nos ofícios 23 e 28 de julho de 2014 não respondidos, a resposta foi: *será executado, conforme disponibilidade financeira*. Ou seja, não será executado e 2 anos pra falar, não! Porém, a resposta que mais nos incomodou foi em relação à reforma. A resposta foi: *não há previsão para reforma e mais, o terreno onde se encontra o Cmei não segue os preceitos das normas atuais e a Semed irá desfazer; irá deslocar o Cmei para outra unidade escolar, a partir de uma ampliação*. Isso caiu como uma bomba na comunidade escolar; porque além de não ter reforma, o Cmei iria desaparecer. Isso sem nenhuma conversa com a comunidade escolar. Infelizmente, vem virando praxe desse Executivo e daí ficam as perguntas: por que tanto tempo sem resposta? 2 anos. Por que respondem somente ao vereador por força de lei e, ignoram de forma acintosa o debate com a comunidade? O silêncio da Semed é fruto do quê? De completo descaso da Secretaria com a rede, ou da absoluta incompetência e falta de planejamento? E pra piorar, se era possível piorar; ontem na audiência no plenário desta Casa e já parablenizo a Comissão pela bela audiência de ontem, essa mesma comunidade cobrou a Secretaria Semed pelos 2 anos de silêncio e por que que não foi consultada ao mudar o Cmei. A resposta do engenheiro, Fábio: “você tem que parar de procurar vereadores e, nos procurar diretamente.” Sendo que tentaram fazer isso durante 2 anos, com 10 ofícios que não foram respondidos. Como eu disse inicialmente, se eles tivessem feito isso há 2 anos atrás: procurado esta Casa talvez, a resposta tivesse sido há 2 anos atrás. Enfim, como eu afirmei no início da minha fala, já nos acostumamos aos problemas da rede. Falta de professores, nesse momento faltam exatamente 70 docentes em sala de aula, falta de vagas e, nesse momento nós temos 3.500 crianças fora da rede municipal. Falta de cumprir a lei, de não pagar o piso nacional. Nesse momento, o piso salarial da rede é R\$ 247,00 menor do que preconiza a lei. Falta diálogo como ocorrido com esse Cmei e com a Gladis Tibola. E agora, quero acrescentar: falta de vergonha, de respeito ao afirmar que essa comunidade devia ter procurado a Semed, ao invés de procurar o vereador e, mesmo com 10 ofícios não respondidos em 2 anos. Creio que há algo de muito errado com essa Secretaria: falta professor, falta vaga e está faltando respeito. Este mandato seguirá solidário à rede municipal e, cobrando respeito por essa categoria. Muito obrigado! – Presidente: Obrigado! Sendo a inscrição do vereador Paulo Porto a última do dia, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezesseis horas e trinta e quatro minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar,



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

foi transcrita por mim, Ivanilsa Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo secretário e pelo presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário